**QUAL DESENVOLVIMENTISMO? UMA PROPOSIÇÃO *À LA WAGE-LED* KEYNESIANO-INSTITUCIONALISTA**

Fernando Ferrari Filho (Professor Titular da UFRGS e Pesquisador do CNPq)

Pedro Cezar Dutra Fonseca (Professor Titular da UFRGS e Pesquisador do CNPq)

**Resumo**: Partindo da controvérsia *export-led growth* e *wage-led groth*, alicerçada nas proposições novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista, respectivamente, o artigo propõe uma estratégia keynesiano-institucionalista *à la wage-led* para a economia brasileira capaz de assegurar estabilização macroeconômica.

**Palavras-chaves**: Novo-desenvolvimentismo, Keynesiano-institucionalista, *Wage-led*.

**Abstract**: Considering the academic debate between export-led growth and wage-led growth, based on, respectively, new-desenvolpmentalist and social-developmentalist approaches, the article presents a new approach, Keynesian-institutionalism à la wage-led, to the Brazilian economy able to assure macroeconomic stability.

**Key words**: New-desenvolpmentalism, Keynesianb-institutionalism, Wage-led.

**Classificação JEL**: B; B5

**1. Introdução**

Depois de priorizar a estabilização nas últimas décadas do século XX, nos últimos anos gradualmente o crescimento econômico retornou ao debate sobre a formulação da política econômica no Brasil. Em parte isso se deveu ao contexto internacional, seja pela reorientação política com a eleição de vários governos críticos ao neoliberalismo na América Latina, seja pela crise deflagrada em 2007-2008, que trouxe o intervencionismo à agenda não somente da discussão, mas da política econômica executada em vários países. Se, por um lado, parece razoável afirmar que a economia brasileira parecia inicialmente dar sinais de ser menos afetada pela crise em comparação com outros países,[[1]](#footnote-1) principalmente europeus, por outro lado, observa-se que antes de 2007-2008, vinha registrando taxas de crescimento relativamente altas com relação ao padrão histórico recente.[[2]](#footnote-2)

Esse cenário gerou não só o esperado clima de otimismo nos meios oficiais, mas também foi compartilhado por vários analistas (BELLUZZO, 2009; NOVY: 2009a, 2009b; CERVO, 2009; NAKANO, 2010). Estaria o desenvolvimentismo de volta como ideologia norteadora dos *policy makers*? Caso positivo, parece que este, num *approach* institucionalista, poderia ser interpretado como um fenômeno não apenas temporário ou conjuntural, mas *embedded* na cultura local, ou, como denominou CASTRO (1997), a “convenção do crescimento” – certo consenso sobre a prioridade do crescimento que acompanhara a mentalidade das elites do Brasil durante o século XX. Alimenta mais o cenário otimista o fato de que, diferente do “velho desenvolvimentismo”, a peculiaridade do crescimento recente é que o mesmo foi acompanhado por redistribuição de renda, ou pelo menos com queda do Índice de Gini.[[3]](#footnote-3) Estaríamos diante um caso típico de *wage-led*, conforme sustentam os modelos de cunho kaldoriano (DUTT, 1992; KALDOR, 1960 e 1978; McCOMBIE & THIRLWALL, 1994). De fato, embora com baixa taxa de formação bruta de capital (veja Tabela 1), vários fatores contribuíram para que o consumo das famílias liderasse o crescimento: (a) a manutenção de taxas relativamente baixas de inflação, que tornou possível romper com o mecanismo de corrosão real dos salários, cuja indexação geral de preços e salários não conseguia evitar;[[4]](#footnote-4) (b) a recuperação do poder de compra do salário mínimo que aumentou 522,0 % entre 1995 e 2012, muito acima da taxa de inflação acumulada que foi de 251,3% (em termos reais, o salário mínimo cresceu 77,0%); e (c) as transferências governamentais, cujos programas voltados às faixas de mais baixa renda, tais como o Programa Bolsa Família, foram expandidos.[[5]](#footnote-5)

As críticas a esse estilo de crescimento partiram não somente da ortodoxia, que tradicionalmente o associam a “populismo econômico”,[[6]](#footnote-6) mas por economistas que apontaram a inconsistência de crescer com base no consumo, ao mesmo tempo em que a indústria nacional perdia posição na composição setorial do PIB, mesmo em se considerando ser este um fenômeno internacional (ver, entre outros: SICSÚ, PAULA & MICHEL, 2005; BRESSER-PEREIRA, 2006, 2010, 2012; BRESSER-PEREIRA & GALA, 2010; OREIRO, 2012). Essa proposta foi denominada por Bresser-Pereira, um de seus principais formuladores, de *novo-desenvolvimentismo*. Para estes, tanto o crescimento do consumo como a “desindustrialização” têm como variável explicativa a valorização cambial no período pós-Plano Real, especialmente nos anos 2000. O crescimento liderado pelo consumo só teria sido possível em um contexto no qual: (a) os salários vinham de um histórico de crescimento abaixo da produtividade, de modo que havia certa “folga” para subirem; e (b) a conjuntura externa era atipicamente favorável, seja pelos ingressos autônomos na conta capital, seja nas transações correntes, sob a liderança da demanda chinesa por *commodities*, com impacto nos preços e nas quantidades exportadas pelo Brasil. Este aumento da capacidade de importar teria permitido excepcionalmente o crescimento do consumo sem afetar o balanço de pagamentos, mas seria um modelo de desenvolvimento inconsistente no longo prazo. A alternativa proposta aponta para um padrão de crescimento *à la* *export-led*, em que a desvalorização cambial assume o *status* de variável-chave na condução da política econômica, posto que as restrições ao crescimento decorrem tanto “doença holandesa” quanto do excessivo influxo de capitais, que acabam apreciando a taxa real de câmbio, cujas consequências são o desequilíbrio do balanço de pagamentos e o desincentivo ao aumento da capacidade produtiva. Nessa estratégia, restringe-se demasiadamente o espaço para a política fiscal, uma vez que o orçamento público deve estar rigorosamente equilibrado, bem como a condução da política monetária deve estar em consonância com o regime de metas de inflação, mesmo com certa flexibilização (BRESSER-PEREIRA, OREIRO & MARCONI, 2012; OREIRO, 2012).

Por outro lado, outros autores (CARNEIRO, 2012; BASTOS, 2012,) entendem que o crescimento econômico deve ser dinamizado pelo consumo de bens salários (consumo de massa), estimulado tanto pela expansão do nível de emprego quanto pela distribuição de renda, decorrente das políticas sociais do governo, do aumento real dos salários, em especial do salário mínimo, e das ações do Estado para melhorar a oferta de serviços públicos básicos, entre os quais, saúde, educação e transportes. Concomitantemente, expansão do crédito é fundamental para sustentar a expansão do referido consumo. Esse, por sua vez, deve estar direcionado não somente para o curto prazo, mas, também, para o financiamento de longo do setor produtivo, que não pode prescindir do sistema financeiro estatal. Assim, esta proposta, que vem sendo denominada social-desenvolvimentismo, sustenta políticas fiscal e monetária ativas. Em relação à taxa de câmbio, contrariamente ao novo-desenvolvimentismo, argumenta-se que a mesma deve se manter em níveis apreciados, o que facilitaria a importação de bens de capital, seja para que o capital nacional absorva o progresso tecnológico em curso, seja para reduzir os custos finais de produção.

Sintetizado nestes termos, o debate brasileiro atual, apesar de outras nuances, parece sugerir a polaridade entre dois padrões de crescimento à primeira vista opostos: *wage-led versus export-led*. Nosso objetivo neste artigo é tentar, em parte, desconstruir este *trade-off*. Para tanto, partimos do suposto – semelhante ao do social-desenvolvimentismo – de que um crescimento acompanhado de distribuição mais equitativa da renda é desejável e seria uma perda significativa do ponto de vista social a reversão dessa tendência. Todavia, é preciso explicitar políticas macroeconômicas e institucionais que possam viabilizá-lo e sustentá-lo no longo prazo como padrão de crescimento. Nossa hipótese é que um crescimento tipo *wage-led*, desde que acompanhado por certas medidas de política econômica que não negligenciem a necessidade do equilíbrio externo, pode ser um caminho preferível ao *export-led*. Como corolário desta hipótese, defendemos que este último não só não garante uma trajetória de crescimento de longo prazo, como sustentam seus defensores, como cria um quadro muito mais difícil de manter e aprofundar o caminho do crescimento com redistribuição de renda.

Além desta breve introdução, o artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, faz-se um resgate histórico da teoria desenvolvimentista brasileira dos anos 1950 e 1960. O objetivo é compará-la, em termos de diferenças e semelhanças, com a teoria *novo-desenvolvimentista*, essência da seção seguinte. Na quarta seção, apresenta-se um conjunto de propostas keynesiano-institucionalistas para a economia brasileira, visando assegurar estabilidade macroeconômica, entendida como inflação sob controle, equilíbrio fiscal e externo e crescimento econômico sustentável. Por fim, são apresentadas as conclusões.

**2. Os regimes de crescimento**

Inicialmente cabe esclarecer o que, da forma aqui entendida, tanto *wage-led* como *export-lad* são alternativas compatíveis com um *approach* predominantemente keynesiano-kaleckiano, posto que dizem respeito a qual variável da demanda agregada caberia a responsabilidade principal de alavancar o crescimento: o consumo doméstico das famílias ou as exportações. Tanto uma como outra subentendem, portanto, que a política econômica, ao influenciar a demanda agregada, pode alterar o produto tanto nominal como real. Essas duas alternativas se antepõem a outra, *profit-led*, de corte mais próximo da tradição neoclássica, que frisa a economia pela lado da oferta, centrando-se menos na presença do Estado e mais nos mecanismo de mercado, na necessidade de poupança prévia e em variáveis como capital humano e educação como fortemente associadas ou pré-requisitos para a consecução de trajetórias equilibradas de crescimento a longo prazo. Pode-se sem muitos riscos afirmar que essa teria sido a alternativa que a partir do final do século XX ficou conhecida como neoliberal e que mostrou internacionalmente sinais visíveis de crise na primeira década do século XXI, tanto como caminho para obter maior crescimento do PIB e do emprego como para lograr distribuição mais equitativa da renda.[[7]](#footnote-7)

A variável principal a alavancar o crescimento – aqui denominada de *variável desencadeadora* – não deve ser entendida como sua responsável única: ela deve se articular com as outras componentes da demanda agregada. A articulação entre a *variável desencadeadora* com as demais configura o que chamaremos um de *padrão de crescimento*. Este, todavia, embora possa aparecer embrionariamente sem uma intenção definida pelos *policy makers*, geralmente não é automático e nem se reproduz espontaneamente: exige uma política econômica deliberada para sua viabilização. Entende-se aqui por política econômica não somente as políticas tidas como de estabilização ou utilizadas com vistas a obter taxas desejáveis de crescimento e inflação ao longo do ciclo, tais como as políticas monetárias, cambiais e fiscais, mas as políticas fins (interventoras de forma horizontal ou vertical em segmentos ou setores, como as políticas industrial, agrária e tecnológica, dentre outras) e as políticas institucionais. Estas compreendem mudanças de maior envergadura, geralmente com impacto a mais longo prazo, como nas leis, nos códigos e nas regulamentações, nas “regras do jogo” e na delimitação dos direitos de propriedade, bem como na criação de órgãos, agências e empresas públicas, ou mesmo privadas ou não-governamentais. Em adição, influenciam e ao mesmo são influenciadas pelos hábitos, preferências e convenções vigentes ou mesmo internalizados culturalmente (*embedded*) em cada sociedade.

Isso posto, fica assentado que um padrão de crescimento não significa apenas “eleger” a *variável desencadeadora*; esta só terá êxito em alavancar o crescimento se for capaz de garantir a articulação com as demais. Neste aspecto a contribuição de Keynes (2007) sobre a relevância do investimento na determinação da demanda agregada é fundamental. Se ele for capaz de responder positivamente a aumentos salariais, configura-se a possibilidade de reprodução de uma trajetória exitosa *wage-led.* Esta é a diferença entre este padrão e as teses subconsumistas, desde as formulações clássicas de Sismondi e Malthus, às mais recentes. Normalmente essas defendem a centralidade do consumo na determinação do nível de renda, de certa forma desprezando o investimento como variável determinante ou o subestimando-o. Todavia, a hipótese que perpassa as considerações a seguir é que seja qual for o padrão – *wage-led, export-led* ou *profit-led* – ele *somente poderá reproduzir-se e configurar uma trajetória exitosa caso, respectivamente, a elevação dos salários, das exportações ou dos lucros sejam capazes de induzir maior nível de investimento*.

Nesse particular, conforme Keynes (2007, capítulo 12), em contexto nos quais as tomadas de decisão de investimento têm como base as expectativas formadas em bases frágeis sobre o comportamento futuro da demanda, grau de confiança e convenções, mais amplamente, *instituições*, são fundamentais para que o estado de ânimo (*animal spirits*) do empresário seja observado. Nas palavras de Keynes (2007: 161), parte substancial das tomadas de decisão “can only be taken as a result of animal spirits”. Cabe indagar: o que condiciona, favoravelmente, o *animal spirits*? Expectativas otimistas, naturezas política e social, instituições e política econômica, dentre outras variáveis. Em suma, a articulação entre a *variável desencadeadora* e as determinantes do investimento deve ocupar lugar destacado na formulação da política econômica para viabilizar o *padrão de crescimento*.

Em decorrência, esse é o maior desafio dos *policy makers*, pois em parte tal articulação não depende apenas deles, posto que também se deixa impactar por variáveis tidas como “exógenas” a seu âmbito de atuação, como as de natureza política, as restrições externas e as alterações estruturais no padrão tecnológico vigente[[8]](#footnote-8). Por isso, a opção por um padrão não resulta de “simples escolha”: há variáveis que contribuem para facilitar ou restringir sua viabilidade, configurando uma diferença entre sua formulação (típica-ideal, ou “modelo”) e a realidade fática de sua implantação. Na prática cada padrão possui pontos que se pode denominar “fortes” ou “fracos”, se não “positivos” ou “negativos”. Normalmente se associa como ponto forte do padrão *export-led* sua capacidade de minimizar uma das restrições mais frequentes ao crescimento de países com moeda internacionalmente inconversível: a atinente ao equilíbrio do balanço de pagamentos, cuja persistência impõe frequentes recessões, inflação (com as desvalorizações cambiais então emergencialmente utilizadas) e endividamento externo. Já o padrão *wage-led* apresenta a vantagem de abrir espaço para melhor distribuição de renda, pois se propõe a criar condições para uma relação “cooperativa” entre salários e lucros. Não necessariamente, neste padrão é crescente a participação dos salários da renda, nem poderia ser esta característica voltada a seu desempenho e*x-post* sua principal característica, a qual implicaria, a longo prazo, taxa de lucro zero. Por isso, a melhor forma de defini-lo é como “estratégia” (LAVOIE& STOCKHAMMER, 2012: 15): nesse padrão espera-se e que a elevação dos salários impacte positivamente sobre o consumo e o investimento, cuja articulação assegurará o crescimento da demanda agregada (ROWTHORN, 1981; TAYLOR, 1983; DUTT, 1987). Enquanto o impacto no consumo é mais ou menos imediato ou fortemente esperado (supondo-se, *à la* Kalecki, alta propensão a consumir dos trabalhadores*), o desafio do regime wage-led é como criar uma relação virtuosa deste com o investimento.* Nota-se, nesse aspecto, que o mesmo se afasta completamente das construções teóricas neoclássicas que, a partir do suposto de concorrência perfeita, entende que a elevação dos salários impactaria negativamente na demanda agregada e no nível de emprego (consequência que ficaria restrita aos regimes *profit-led* e *export-led*).

A definição da taxa de câmbio é aspecto essencial na distinção dos dois regimes. No regime *export-led* (assim como no *profit-led*), as depreciações cambiais incidem positivamente no nível de atividade econômica, enquanto o contrário ocorre no regime *wage-led*. Por isso, parte da literatura (BLECKER, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2009, 2012; ARAÚJO & GALA, 2012) defende que para economias com menor liderança internacional e com maior sensibilidade a variação nos preços das exportações e importações, o mais apropriado seriam regimes *export-led* ou *profit-led*. Chega-se, assim, à conclusão de que a política cambial impõe um *trade-off* entre melhor distribuição de renda e equilíbrio externo. Caso se admita a razoabilidade da proposição segundo a qual o crescimento dos salários é variável relevante para se lograr melhor distribuição de renda, um padrão *wage-led* exigiria câmbio relativamente valorizado e salários crescentes (ou pelo menos acompanhando o crescimento da produtividade), mas incidiria negativamente no equilíbrio da balança comercial e das transações correntes. Já um padrão *export-led* exigiria câmbio desvalorizado e salários mais baixos, compatíveis com o esforço exportador, o que acena para uma distribuição de renda mais favorável aos lucros do que aos salários.

Em decorrência, como não há uma “alternativa ótima”, impõe-se uma escolha. Assim, entende-se que embora ambos os regimes sejam “viáveis” do ponto de vista teórico, a opção por cada um deles deve contemplar medidas de política econômica para minimizar o impacto negativo da variável não-escolhida. Em outras palavras: a defesa de uma proposta *wage-led*, como aqui fazemos, ao assumir a busca de melhor distribuição de renda ou de maior participação dos salários na renda nacional, leva-nos a dois desafios na formulação da política econômica: (i) a indução do investimento num quadro de estímulo ao crescimento dos salários e do consumo; e (ii) a formulação de uma política cambial e de comércio exterior capaz de evitar ou minimizar eventuais impactos negativos que possam prejudicar o equilíbrio no balanço de pagamentos.

**3. A economia brasileira: experiências históricas e o *novo-desenvolvimentismo***

A análise da economia brasileira do último século mostra que a mesma conheceu diferentes experiências de regime de crescimento. Nas três primeiras décadas do século XX, o *approach* cepalino consagrou como “modelo agroexportador” ou “para fora” um padrão de crescimento cuja variável desencadeadora era a exportação. De seu crescimento dependiam fortemente as componentes da demanda agregada: (a) o consumo dependia do nível de renda e da expansão do mercado que oscilavam de acordo com os ciclos da agroexportação; (b) os investimentos privados e a produção industrial também oscilavam de acordo com as taxas cambiais, os primeiros geralmente crescendo nos períodos de câmbio valorizados e a segunda nas fases de depreciação cambial (VERSIANI, 1975); e (c) os gastos governamentais tinham dificuldade de se comportar como uma componente autônoma da demanda agregada, pois, na ausência de um sistema de financiamento para a dívida pública, dependiam fortemente do desempenho do comércio exterior, ou seja, dos impostos sobre exportação e importação.

Como o padrão *export-led* materializava-se na exportação de poucos produtos primários, destacadamente o café, que dependiam fortemente da demanda externa, nem mesmo a posição privilegiada do país na produção mundial de café (no qual chegava em alguns períodos a ser superior a 80,0% do mercado mundial) foi capaz de evitar que a economia cafeeira passasse por crises cada vez mais frequentes e profundas, as quais exigiam crescentes intervenções governamentais. Assim, “na prática”, o padrão *export-led*, ao contrário do que se poderia esperar, não criava um saldo de comércio exterior capaz de assegurar estabilidade ao conjunto da economia. Ao contrário, expunha sua fragilidade ao depender cada vez mais de financiamento externo para garantir a intervenção governamental em defesa do café, pois os frequentes *fundings* tinham como contrapartida o crescimento da dívida externa. Essa é a contribuição clássica de Furtado ([1959] 1977) nos capítulos 29 e 30 de *Formação Econômica do Brasil*, consagrada na expressão “socialização dos prejuízos” como consequência social de uma economia tipicamente “para fora” em situação de subordinação no mercado internacional.

A mudança de modelo na década de 1930, voltado para industrialização por substituição de importações, trouxe consigo uma lógica mais próxima do *wage-led*. Voltar-se “para dentro” significava criar uma correlação positiva entre crescimento do consumo e produção, favorecendo um quadro de investimentos crescentes nas indústrias de bens de consumo-salário. De certa forma, o nacionalismo e o trabalhismo varguistas expressaram ideologicamente essa nova fase, e coube ao Estado não só realizar políticas cambiais, fiscais e monetárias como mudanças institucionais de vulto para viabilizar o novo padrão (criação de novos códigos e cartas constitucionais, órgãos e institutos no aparelho de Estado, legislação trabalhista, empresas estatais nos ramos pesados e de minérios etc.)[[9]](#footnote-9). Uma característica muito peculiar dessa experiência *wage-led* é que ela não foi capaz, no longo prazo, de alterar a concentração de renda. Em parte, como mostraram as próprias teorias cepalinas, isto se deveu à oferta ilimitada de mão de obra, com a intensa migração do campo para a cidade. Seja por esses ou outros fatores, inclusive de ordem política, pode-se depreender que a massa salarial crescia com a incorporação de novos trabalhadores no mercado de trabalho, sem depender necessariamente da elevação do salário de cada trabalhador individual. Assim, o regime *wage-led* conseguiu conviver com crescimento de salários abaixo da produtividade, embora a legislação trabalhista impusesse parâmetros mínimos de regramento no mercado de trabalho, sem os quais a concentração de renda poderia ser ainda maior.

Para as últimas décadas do século XX, Bruno (2003) defendeu que nos anos 1970, no período do II PND, teria predominado um padrão mais próximo ao *profit-led*, enquanto nas duas últimas décadas do século XX predominaria um padrão *wage-led*. Trabalho mais recente de Araújo e Gala (2012), entretanto, mostra que internamente a economia brasileira segue um padrão do tipo *wage-led*; todavia, ao introduzir-se o setor externo (a determinação das exportações líquidas), o regime fica mais próximo do *profit-led*. Assim, internamente a demanda agregada responde positivamente a uma elevação da participação dos salários na renda, mas quando se considera uma economia aberta, a demanda agregada é mais sensível a uma elevação da participação dos lucros da renda, o que corrobora evidências já encontradas em outros países (HEIN & VOGEL, 2008; BLECKER, 2010). Esse resultado é explorado pelos autores como argumento para robustecer a defesa do padrão *export-led* do *novo-desenvolvimentismo*: uma desvalorização significativa do câmbio aumentaria a lucratividade dos investimentos, “implicaria maior acumulação de capital, poupança, exportações e maior nível de demanda agregada (...) [e] poderia conduzir a economia brasileira a um macro padrão de crescimento mais sustentado e menos sujeito a problemas de restrição externa, puxado por mais investimento e *menos consumo*, o que conduziria a taxas de crescimento mais elevadas” (ARAÚJO & GALA, 2012: 53; grifos nossos).

Em decorrência, nota-se claramente que os autores não só associam o *novo-desenvolvimentismo* a um regime estritamente *export-led*, mas o caracterizam plenamente como *profit-led*. Perpassa a argumentação o entendimento de que, como é esse o padrão já em vigor no Brasil, há sinais nítidos de que também deve ser o caminho a ser seguido. Esse argumento, todavia, não é todo convincente caso se incorpore melhor distribuição de renda como valor a ser perseguido, e que a consecução de tal objetivo depende do padrão de crescimento. Destaca-se na argumentação dos autores a proposta de “mais investimentos e menos consumo”, a qual contraria frontalmente a lógica do padrão *wage-led*, que propõe a formulação de uma política e de um quadro institucional em que ambos possam crescer conjuntamente. Entretanto, os próprios autores reconhecem “um crescimento *wage share* a partir de 2006, o que se dá especialmente pelo crescimento do emprego e do salário real” (ARAÚJO & GALA, 2012: 50). Pode-se dizer que esse, associado a uma melhoria do Índice de Gini a partir de meados da década de 1990, permite também antever que a economia brasileira emite sinais de que há espaço para crescimento ancorado em melhor redistribuição de renda. Se essa é a escolha a ser feita, a questão sobre *qual desenvolvimento* queremos é outra: quais políticas econômicas devem ser propostas de forma a articular, sustentavelmente, uma relação de sinergia entre consumo, investimentos, crescimento do PIB e melhores Índices de Gini?

Assim, como se mencionou anteriormente, a indução do investimento e as políticas cambial e de comércio exterior constituem as variáveis-chave para assegurar o desempenho de longo prazo de um padrão *wage-led*, Justamente esses parecem ser os dois gargalos mais sérios a serem enfrentados para a reprodução no padrão da economia brasileira atual, pois a despeito dos sinais visíveis da força do mercado interno ancorado pelo consumo e de uma situação próxima ao pleno emprego, a mesma não consegue responder nos últimos anos com taxas maiores de investimento privado, resultando em pífias taxas de crescimento (veja Tabela 1). O problema, portanto, não parece estar na *variável desencadeadora*, mas na formulação e execução de políticas econômicas que permitam sustentá-lo no longo prazo. Dificilmente um padrão se impõe de forma espontânea ou em decorrência apenas da lógica aparentemente “natural” dos mercados. Como já mencionamos, essa exigência se faz presente em qualquer padrão, o que mudam são as políticas apropriadas para cada um deles. Algumas delas, atinentes ao padrão *wage-led*, serão arroladas a seguir.

**4. Por uma economia brasileira keynesiano-institucionalista, *à la wage-led*: uma proposição**

Tendo como base as argumentações teóricas das seções anteriores e observando a dinâmica operacional da política econômica das Autoridades Econômicas (AE) desde a segunda metade dos anos 1990, é possível argumentar que as diversas mudanças institucionais ocorridas na economia brasileira acabaram por repercutir diretamente sobre o ambiente nacional e, com isso, estabelecendo novas diretrizes ou trajetórias. Elas poderiam contribuir para o processo de crescimento econômico sustentável; porém, acabaram comprometendo o referido crescimento, principalmente porque ele caracterizou-se por uma dinâmica *à la stop-and-go*. Dentre as mudanças mais significativas podemos citar: a abertura externa do início dos anos 1990, que estabeleceu a necessidade de novos padrões de competitividade tanto externos quanto internos; a mudança do regime monetário com o Plano Real, que mudou as regras de convivência com a inflação; um novo desenho do Estado nacional, que passou a orientar-se muito mais por estratégias neoliberais do que por ações “desenvolvimentistas”, então caracterizadas como obsoletas, retrógradas e anacrônicas; e uma orientação ortodoxa da política econômica, como antídoto às aspirações de retorno inflacionário.

Com isto quer-se argumentar que dois aspectos decorrem de tais estratégias. Primeiro, as mudanças “institucionais” observadas com o Plano Real não foram literalmente *embedded* pelos agentes econômicos, impossibilitando, assim, a criação de um ambiente institucional favorável ao investimento. E, segundo, a política macroeconômica implementada ao longo deste período, principalmente alicerçada no Novo Consenso Macroeconômico (NCM), qual seja, regime de metas de inflação e de superávit fiscal juntamente com câmbio flexível, limita as autonomias das políticas monetária e fiscal e, por conseguinte, seu impacto sobre o PIB. Em suma, entre 1995 e 2012, as condições institucionais e macroeconômicas não despertaram o *animal spirits* dos empreendedores.

Diante deste quadro, pergunta-se: o que fazer para que a economia brasileira possa, efetivamente, alcançar um quadro de maior estabilidade macroeconômica, em um regime *wage-led*, conforme nossa definição na Introdução deste artigo?

Antes de respondermos a referida pergunta, é importante se ter ciência de que a economia brasileira apresenta algumas restrições históricas ao crescimento, quais sejam: por não ter, assim como outras economias emergentes, uma moeda de conversibilidade internacional, recorrentemente os desequilíbrios externos crônicos acabam gerando crises cambiais; existem gargalos de capacidade produtiva, como de infraestrutura, que limitam a expansão da demanda agregada; o sistema de financiamento da atividade econômica, principalmente de longo prazo, depende essencialmente do setor público; e a distribuição de renda, apesar da melhora ao longo da década de 2000, ainda é muito desigual.

Ciente dessas restrições e em conformidade com o referencial teórico desenvolvido anteriormente, nossa proposta deve levar em consideração tanto políticas econômicas de curto prazo quanto mudanças estrutural-institucionais.

Partimos do entendimento segundo o qual, em termos macroeconômicos, é necessário expandir a relação formação bruta de capital/PIB dos atuais 19,0% para 25,0%. Nesse sentido, devem ser criadas condições favoráveis para despertar, definitivamente, o *animal spirits* dos empresários. Para tanto, as políticas monetárias têm que considerar explicitamente a meta de estabilidade do emprego, conjuntamente com a estabilidade dos preços, a política fiscal tem que privilegiar o investimento público e os programas sociais e a política cambial deve ser articulada de tal forma a equilibrar o balanço de pagamentos. Mais especificamente:

(i) A política fiscal não pode ser operacionalizada de forma a sacrificar seus principais objetivos para assegurar, a qualquer custo, o serviço da dívida pública. Ademais, deve ser implementada de forma a assegurar a manutenção dos atuais gastos em programas sociais e concentrar esforços e recursos orçamentários nos investimentos públicos, especialmente em infraestrutura; nesse particular, parcerias público-privadas devem ser incentivadas. Por fim, o governo deve, sempre, buscar a *responsabilidade* fiscal, embora esta deva ser entendida não como um fim em si mesmo, mas seguindo o critério de administrar a política fiscal de forma contracíclica: em períodos de crise e recessão, política fiscal expansionista, ao passo que em época de prosperidade ela deve ser contracionista;[[10]](#footnote-10)

(ii) A política monetária deve ser orientada pelas metas de emprego e não somente pelos *targets* de inflação. Nesse sentido, não se pode prescindir de política monetária discricionária. Isto não quer dizer, todavia, que o Banco Central do Brasil (BCB) tenha um viés inflacionário, configurando-se, assim, em problemas de inconsistência intertemporal da política monetária, conforme argumentam Kydland e Prescott (1977). Além do mais, devem-se adotar medidas macroprudenciais para mitigar riscos financeiros e expandir a liquidez da economia, bem como ações voltadas a desconcentrar o sistema financeiro, condição para reduzir os *spreads* bancários e democratizar o acesso ao crédito. Por fim, não é demais ressaltar a importância dos bancos públicos, tais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e os bancos regionais e estaduais de fomento para o financiamento de longo prazo do investimento produtivo;

.

(iii) Em termos cambiais, entende-se como oportuno que o BCB administre o câmbio de maneira a lograr a manutenção de taxa de câmbio real efetiva (TCRR) competitiva, objetivando, assim, que quaisquer ações especulativas no mercado de divisas estrangeiras possam ser coibidas. Indo nessa direção, por exemplo, Ferrari Filho e Paula (2012) propõem a criação de um Fundo de Estabilização Cambial. A ideia é que o Tesouro Nacional compre e vende divisas para se atingir a TCRR. Este Fundo é medida institucional importante para evitar que o equilíbrio do balanço de pagamentos recaia totalmente sobre a taxa de câmbio. Todavia, é importante salientar que a proposição de uma TCRR competitiva tem como objetivo não somente equilibrar o balanço de pagamentos, mitigando, assim, as restrições externas, mas, também, ter-se uma taxa de câmbio que não seja tão apreciada a ponto de criar desincentivos ao setor industrial nem tampouco muito desvalorizada para não reduzir o poder de compra dos salários[[11]](#footnote-11). Ademais, o regime de câmbio proposto tornar-se-ia pouco eficiente se nada for feito em relação à liberalização da conta de capitais. Nesse particular, controles de capitais devem ser implementados para que o BCB tenha autonomia de política monetária, para que o realnão se valorize e para que sejam evitadas crises financeiro-cambiais.

Paralelamente às medidas de política macroeconômica, devem-se ainda mencionar como relevantes:

(a) a adoção de políticas tributárias e financeiras de estímulo às exportações – por exemplo, desonerando as exportações e abrindo linhas de crédito para as mesmas via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

(b) a criação de um ambiente institucional para a dinamização do mercado de capitais que leve em consideração, por exemplo, a proteção ao investidor, os limites à exposição de instituições financeiras e investidores institucionais a risco, os estímulos ao mercado secundário e uma tributação adequada ao perfil de risco;

(c) a priorização das relações comerciais e financeiras com os parceiros da América Latina, do BRIC e demais países emergentes, visando, assim, aumentar o poder de barganha do Brasil e dos demais países no cenário internacional;

(d) a implementação de uma reforma tributária que tenha como objetivos tanto uma maior incidência da tributação sobre a renda e a riqueza quanto um caráter de maior progressividade; e

(e) a definição de políticas de renda para regular os salários e os preços, em conformidade com os ganhos de produtividade da economia e a dinâmica concorrencial dos mercados.

Por sua vez, no que diz respeito às mudanças estrutural-institucionais, antes de tudo é necessária a redefinição do papel do Estado na economia, através da reconstrução dos mecanismos de coordenação desmontados ao longo dos anos 1990. Em outras palavras, o Estado tem que voltar a exercer suas funções de regulador e indutor da atividade econômica. Resgatadas essas funções, caberia ao Estado selecionar e financiar prioridades de investimento tanto na indústria quanto na infraestrutura, contribuindo, assim, para a formação e a estabilização de expectativas de médio e longo prazos, fundamentais para a retomada dos investimentos privados.

Particularmente, para expandir a capacidade produtiva e, por conseguinte, o PIB potencial, são necessárias políticas industriais ativas que coordenem esforços públicos e privados para alcançar-se uma taxa de acumulação de capital compatível à expansão da demanda agregada. Ademais, é fundamental estabelecer-se uma sincronia das políticas macroeconômicas com as mudanças tecnológicas oriundas da transição de paradigma tecnoeconômico *à la* Freeman-Perez (1988), tal qual estamos atravessando. Assim, a permeabilidade de um ambiente macro em relação a um novo surto de inovações, novas frentes de P&D e busca de novos conhecimentos em áreas potencialmente promissoras às janelas de oportunidade são absolutamente cruciais, uma vez que possibilitam inserção da economia brasileira no cenário internacional de maneira a absorver as revoluções tecnológica e estrutural em curso e a atrair a participação de capital estrangeiro em investimentos produtivos que possam gerar valor agregado, visando à exportação – isto é, *tradables*.[[12]](#footnote-12)

**5. Conclusão**

Nossas propostas apresentadas na seção anterior, com inspiração nos *approaches* keynesiano e institucionalista, partiram do entendimento de que é importante aproveitar a oportunidade histórica de crescimento com melhor distribuição de renda da economia brasileira na última década para viabilizar no país um padrão de crescimento *à la wage-led.* Para tanto, estabelecemos a distinção entre *variável desencadeadora* e *padrão de crescimento*, tendo como corolário que o crescimento econômico, para lograr uma trajetória de longo prazo virtuosa, dependerá da articulação entre a variável desencadeada (no caso, os salários) e as demais componentes da demanda agregada, principalmente o investimento. Esse padrão de crescimento, todavia, não se viabiliza espontaneamente, por isso a se faz necessária a adoção de políticas macroeconômicas e institucionais voltadas a esse fim. As baixas taxas de crescimento dos últimos anos sugerem que o problema não está na *variável desencadeadora*, mas justamente em concatená-la com as demais, de modo a fomentar um ambiente propício ao crescimento. Por outro lado, o *stop and go* da política econômica permite inferir, da mesma forma, que não há estratégia de crescimento, ou seja, a política econômica emite sinais contraditórios, inconsistentes com um ou outro padrão. A primeira decisão, por decorrência, seria a opção por um deles. Por outro lado, a adoção de padrões *export-led* ou *profit-led,* embora tecnicamente “viáveis”, poderia comprometer os resultados ainda incipientes, nos últimos anos, na distribuição de renda.

Em síntese, as medidas aqui elencadas, embora não exaustivas, propõem-se a articular políticas macroeconômicas em uma linha de convergência com o pensamento institucionalista, a fim de estabelecer maior e mais explícita vinculação das convenções ou estratégias nacionais, a serem concebidas, com o avanço do processo de crescimento econômico, permitindo que seus frutos possam ser compartilhados pelos mais diferentes segmentos sociais, os quais precisam se ver representados na implementação no projeto. Assim, o caráter macroeconômico do referido padrão articularia o ambiente institucional agregado com decisões individuais desagregadas, assegurando consistência sistêmica para um projeto desenvolvimentista. Isto é o que Castro (1997) designou de novas “convenções de crescimento sem inflação”, que começaram a ser esboçadas com o advento do Plano Real, mas que só na primeira década deste século mostraram resultados mais nítidos no índice de Gini. Em nossa visão, essa estratégia de novo padrão de crescimento procura preencher a lacuna deixada pelo processo de substituição de importações quanto a distribuição de renda, agravada pelo baixo crescimento a partir da década de 1980. Poderíamos, assim, sob a inspiração do instrumental teórico aqui exposto, viabilizar um desenvolvimentismo realmente novo na história do país, keynesianismo-institucionalista, capaz de articular crescimento e distribuição *à la wage-led*.

**Referências**

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013). *Séries Temporais*. <http://www.bcb.gov.br>, acessado em 15/7.

BASTOS, P. P. Z. (2012). “A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”. *Economia e Sociedade*, v. 21, nº especial: 779-810.

BELLUZZO, L. G. (2009) Um novo estado desenvolvimentista? *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, nº27: 4-5.

BIELSCHOWSKY, R. (2012). “Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual”*. Economia e Sociedade*, v. 21, nº especial: 729-747.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (org.) (1991). *Populismo Econômico: Ortodoxia, Desenvolvimentismo e Populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel.

\_\_\_\_\_. (2006). “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. *São Paulo em Perspectiva*, 20(3): 5-24.

\_\_\_\_\_. (2010). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: FGV.

\_\_\_\_\_. (2012). *The New Developmentalism as a Weberian Ideal Type*. Paper in honor of Robert Frenkel, September. <http://www.bresserpereira.org.br>, acessado em 2/7/2013.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; GALA, P. (2010). “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”. *Revista de Economia Política*, v.30, nº4: 663-686.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. (2012). *A Theoretical Framework for a Structuralist Development Macroeconomics*, Trabalho apresentado na *9th International Conference Developments in Economic Theory and Policy*, Universidad del País Vasco, Bilbao/Espanha.

CARNEIRO, R. M. (2012). “Velhos e novos desenvolvimentismos”. *Economia e Sociedade*, v. 21, nº especial: 749-778.

CASTRO, A. B. (1997). Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Rio de Janeiro, novembro.

CERVO, A. L. (2009) “A construção do modelo industrialista brasileiro”. *DEP – Diplomacia Estratégia Política*, nº10: 75-87.

COMIN, A.; ASSIS, S.G.; JORGE, M.O.M. (orgs.) (2009). *Desafios da política industrial no Brasil do século XXI*. Brasília: CNI/ IEL.

DUTT, A. K. (1992). “A Kaldorian model of economic growth and development revisited: a comment on Thirlwall”, *Oxford Economic Papers*, v.44: 156-68.

DIAZ-ALEJANDRO, F. C. ([1981] 1991) “Southern Cone Stabilization Programs”. *In*: Cline, W.; Weintraub, S. (ed.). *Economic Stabilization in Developing Countries*. Washington, D.C.: The Brooking Institution.

DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S ([1989] 1991). *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_. (1990) “Macroeconomic Populism”. *Journal of Development Economics,* 32(2): 247-277.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L.F. (2012). Avaliação do regime cambial brasileiro pós-1999: análise crítica e prospectiva. *In*: OREIRO, J.L.; PAULA, L.F.; BASÍLIO, F. (orgs.). *Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora da UFPE, pp.317-354.

FONSECA, P. C. D. (2003) “Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante no Brasil na Década de 1930”. *Revista de Economia Política*, nº 89: 133-148.

\_\_\_\_\_. (2011). The articulation regional-national and the origins of the ‘Revolution of 1930. *In*: RANINCHESKI, S.; NEGRI, C.; MUELLER, C. (eds.). *The Brazilian Economy in Historical Perspective*. Brasília: Verbena.

FURTADO, C. ([1959]1977). *Formação Econômica do Brasil*. 15º edição, São Paulo: Nacional.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. (1988). Structural crises of adjustment business, cycles and investment behaviour. *In*: DOSI, G. *et al*. (eds.).*Technical change and economic theory*. London : Pinter Publishers, pp.38-66.

IPEADATA. *Séries Históricas*. <http://www.ipeadata.gov.br>, acessado em 15/7.

KALDOR, N. (1960). *Essays on Economic Stability and Growth*. Glencoes: The Free Press.

\_\_\_\_\_. (1978). *Further Essays on Economic Theory*. New York: Holmes & Meier.

KEYNES, J.M. (1980), “Activities 1940-1946: shaping the postwarworld: employment and commodities”, *The Collected Writings of John Maynard Keynes,* v.27. London: MacMillan.

\_\_\_\_\_. (2007). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Palgrave Macmillan.

KUPFER, D. (2013). “Dez anos de política industrial”. *Valor* , São Paulo, 8 de julho, p.A13.

KYDLAND, F.; PRESCOTT, E. (1977). Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans, *Journal of Political Economy*, vol.85, nº3, August, pp.473-494.

LAVOIE, M; STOCKHAMMER (2012). “Wage-led growth: concept, theories and policies”. *Conditions of Work and Employment Series nº41*, International Labour Office, Geneva, p.32.

McCOMBIE, J.S.L.; THIRLWALL, A.P. (1994). *Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraint*. New York: St.Martin’s Press.

NAKANO, Y. (2010) “Catch Up”. *Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro, 24/01/2010, p.6.

NOVY, *A. (*2009a)“O retorno do Estado desenvolvimentista no Brasil”*.* *Indicadores Econômicos FEE*, v.36, nº4: 121-128,

\_\_\_\_\_. (2009b). “Política e economia, outra vez articuladas”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, nº27: 6-7.

OREIRO, J.L.C. (2012). “Novo-Desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica”. *Estudos Avançados,* v. 26 (75): 29-40.

PALLEY, T. (2012). “The rise and fall of export-led growth”. *Investigación Económica*, v.LXXI (280), abril-junio: 141-161.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2013). <http://www.mds.gov.br>, acessado em 15/7.

SACHS, J. D. (1989). “Social Conflict and Populist Policies in Latin America”. *In*: Brunette, R.; Delaringa, C. (eds.). *Labor Relations and Economic Performance.* London: MacMillan Press.

SICSÚ, J.; PAULA, L.F.; MICHEL, R. (2005). “Introdução”. *In*: *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri-SP: Manoele e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

VERSIANI, F. R; VERSIANI, M. T. (1975) “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”. *Revista de Estudos Econômicos*, IPE/USP, v.5, nº1 .

**Anexo**

### Tabela 1. Indicadores Macroeconômicos do Brasil, 1995-2012

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicadores/**  **Período** | **1995** | **1996** | **1997** | **1998** | **1999** | **2000** | **2001** | **2002** | **2003** |
| Inflação/IPCA, % | 22,4 | 9,66 | 5,22 | 1,66 | 8,94 | 5,97 | 7,67 | 12,53 | 9,30 |
| Crescimento do PIB, % | 4,4 | 2,1 | 3,4 | 0,0 | 0,3 | 4,3 | 1,3 | 2,7 | 1,1 |
| Taxa de Câmbio Efetiva Real1 | 71,1 | 69,6 | 68,2 | 75,3 | 102,8 | 100,5 | 116,7 | 157,4 | 133,2 |
| Taxa de Juros Básica, final de período, % | n.d. | 23,0 | 38,0 | 29,0 | 19,0 | 16,5 | 19,0 | 22,0 | 17,5 |
| Salário Mínimo (R$) | 100,0 | 112,0 | 120,0 | 130,0 | 136,0 | 151,0 | 180,0 | 200,0 | 240,0 |
| Saldo Comercial, US$ bilhões | - 3,5 | - 5,6 | - 6,7 | - 6,6 | -1,2 | -0,7 | 2,6 | 13,1 | 24,8 |
| Transações Correntes/PIB, % | - 18,4 | - 23,5 | - 30,4 | - 33,4 | -25,3 | -24,2 | -23,2 | - 7,6 | 4,2 |
| Reservas Cambiais, US$ bilhões | 51,8 | 60,1 | 52,2 | 44,6 | 36,3 | 33,0 | 35,9 | 37,8 | 49,3 |
| Resultado Fiscal/PIB, % | 0,24 | - 0,09 | - 0,88 | 0,01 | 3,2 | 3,5 | 3,6 | 3,9 | 4,3 |
| Dívida Pública/PIB, % | 29,1 | 29,6 | 30,4 | 35,4 | 44,5 | 45,5 | 48,4 | 50,5 | 52,4 |
| Formação Bruta de Capital/PIB | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 15,7 | 16,8 | 17,0 | 16,4 | 15,3 |

**(Continuação)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicadores/**  **Período** | **2004** | **2005** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |
| Inflação/IPCA, % | 7,60 | 5,69 | 3,14 | 4,46 | 5,9 | 4,31 | 5,91 | 6,50 | 5,84 |
| Crescimento do PIB, % | 5,7 | 3,2 | 4,0 | 6,1 | 5,2 | - 0,6 | 7,5 | 2,7 | 0,9 |
| Taxa de Câmbio Efetiva Real1 | 126,7 | 100,7 | 99,3 | 86,7 | 106,9 | 79,4 | 73,7 | 79,3 | 88,7 |
| Taxa de Juros Básica, final de período, % | 17,25 | 18,5 | 13,25 | 11,25 | 13,75 | 8,75 | 10,75 | 11,0 | 7,25 |
| Salário Mínimo (R$) | 260,0 | 300,0 | 350,0 | 380,0 | 415,0 | 465,0 | 510,0 | 545,0 | 622,0 |
| Saldo Comercial, US$ bilhões | 33,6 | 44,7 | 46,5 | 40,0 | 24,8 | 25,3 | 20,2 | 29,8 | 19,4 |
| Transações Correntes/PIB, % | 11,7 | 14,0 | 13,6 | 1,5 | - 28,2 | -24,3 | -47,4 | -52,6 | -54,2 |
| Reservas Cambiais, US$ bilhões | 52,9 | 53,8 | 85,8 | 180,3 | 193,8 | 238,5 | 288,6 | 352,0 | 373,1 |
| Resultado Fiscal/PIB, % | 4,6 | 4,3 | 3,9 | 4,0 | 4,1 | 2,1 | 2,8 | 3,1 | 2,4 |
| Dívida Pública/PIB, % | 47,0 | 46,5 | 44,7 | 42,8 | 36,0 | 43,0 | 40,4 | 36,5 | 35,1 |
| Formação Bruta de Capital/PIB | 16,1 | 15,9 | 16,4 | 17,4 | 19,1 | 18,1 | 19,5 | 18,5 | 18,1 |

Nota: (1) Final de período, junho/1994 = 100.

Fonte: Banco Central do Brasil (2013) e IPEADATA (2013).

1. Conforme mostra a Tabela 1, em 2009 o PIB caiu 0,3% e recuperou-se expressivamente em 2010, crescendo 7,5%. [↑](#footnote-ref-1)
2. Entre 2000 e 2008 o crescimento médio do PIB foi da ordem de 3,7% ao ano. Taxa calculada pelos autores a partir das informações da Tabela 1. [↑](#footnote-ref-2)
3. Entre 2000 e 2010, o Índice de Gini caiu de 0,589 para 0,541. [↑](#footnote-ref-3)
4. Por exemplo, entre 1995 e 2012 a inflação anual média foi da ordem de 7,2. Se considerarmos o período de vigência do regime de metas de inflação, 1999-2012, a inflação média foi da ordem de 6,7%. Taxas calculadas pelos autores a partir das informações da Tabela 1. [↑](#footnote-ref-4)
5. Ao final de 2012, cerca de 13,6 milhões de famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Para detalhes, ver: <http://www.mds.gov.br>. [↑](#footnote-ref-5)
6. No que diz respeito às teorizações sobre populismo econômico, veja: Díaz-Alejandro (1981), Dornbusch & Edwards (1989, 1990), Sachs (1989) e Bresser-Pereira (1991). [↑](#footnote-ref-6)
7. Para uma análise nessa direção, veja, por exemplo, Palley (2012). [↑](#footnote-ref-7)
8. Nesse aspecto, parece-nos apropriada a preocupação de BIELSCHOWSKY (2012) de, ao propor um modelo de desenvolvimento semelhante ao padrão *wage-led* (o qual denomina bens de consumo de massa), procurar articulá-lo com a expansão do investimento em outros setores ou “frentes de expansão”, no caso recursos naturais e infraestrutura, os quais deveriam ser alavancados pela inovação tecnológica e pela reativação de encadeamentos produtivos tradicionais. [↑](#footnote-ref-8)
9. Para as mudanças institucionais do período, veja Fonseca (2003, 2011). [↑](#footnote-ref-9)
10. A ideia de responsabilidade fiscal vai ao encontro da perspectiva original de Keynes (1980), em que a administração dos gastos públicos deve ser operacionalizada conforme os orçamentos corrente e de capital. Segundo Keynes, o orçamento corrente deveria ser preferencialmente equilibrado ou superavitário e estaria relacionado aos gastos correntes do Estado nas áreas de educação, saúde, segurança etc. O orçamento de capital, por sua vez, estaria relacionado aos investimentos públicos, principalmente em infraestrutura, cujo objetivo seria estabilizar os ciclos econômicos. [↑](#footnote-ref-10)
11. Através de outro *approach*, Comin *et alli* (2009, p. 309) chegam à conclusão semelhante quanto à necessidade de uma taxa de câmbio “intermediária”, pois tanto taxas muito valorizadas como depreciadas podem incidir de forma dessemelhante em diferentes segmentos da indústria, uma vez que esta não é homogênea. Assim, dividem o setor em três blocos: “base” (*commodities*, com preponderância do agronegócio, extrativa, mineração e metalurgia), “miolo” (segmento mais diversificado, abrangendo as indústrias mais tradicionais, como as de bens de consumo, entre as quais alimentos, vestuário, calçados e bebidas) e “topo” (mais sofisticadas tecnologicamente, como equipamentos mecânicos e eletrônicos). Nas últimas décadas, com a apreciação do câmbio, houve aumento da “base” e atrofia do “miolo” e do “topo”. Na hipótese oposta, caso houvesse forte desvalorização, “a tendência seria de uma hipertrofia do miolo e uma perda de substância do topo ainda maior, pois para esse segmento a integração internacional é decisiva para a sobrevivência. Sem poder contar com o fluxo de tecnologias oriundos da ponta, o miolo provavelmente voltaria a se defasar em produtividade e modernização, como ocorreu na década de 1980, empurrando a indústria para um novo período de estagnação”. [↑](#footnote-ref-11)
12. Não é demais ressaltar que nos últimos dez anos o governo federal editou três versões de política industrial: “Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior”, de 2004; “Política de Desenvolvimento Produtivo”, de 2008; e “Plano Brasil Maior”, de 2011. A primeira visava enfrentar a vulnerabilidade externa brasileira e, para tanto, centrou o foco para setores intensivos em tecnologia (semicondutores e *software*, entre outros). A segunda objetivou fortalecer a competitividade em setores estratégicos, tanto de bens de capital quanto de bens de consumo-duráveis. Por fim, o “Plano Brasil Maior” centrou suas atenções na “criação de competências visando o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor” (KUPFER, 2013: A13). Segundo Kupfer (2013: A13), pelo menos duas críticas devem ser feitas às tentativas de política industrial do Governo: por um lado, eles tornaram-se auxiliares á política macroeconômica, não “logrando (...) espaço próprio” e ela não conseguiu “pensar à frente de seu tempo”. [↑](#footnote-ref-12)